

Sumário

Sobre a <i>Coleção Conceitos Fundamentais de Direito</i>	7
Sobre o autor	11
Introdução	23
O que este livro entende por “conceito”	23
Limites do texto: filosofia, dogmática e prática decisória	24
Como ler: três chaves (moral, institucional, decisória)	25
1. Por que “Justiça” é um conceito jurídico problemático	29
1.1. Justiça como palavra-polêmica: usos e abusos (retórica e legitimação)	29
1.2. Justiça e direito: separação, interseção e confusões frequentes	30
1.3. Justiça como coerência institucional e responsabilidade decisória	32

2. Justiça como virtude e como medida: a matriz clássica	39
2.1. Justiça em Aristóteles: distributiva e corretiva.....	40
2.2. A relação entre igualdade, proporção e reparação	44
2.2.1. Igualdade proporcional: “dar a cada um” não é “dar o mesmo”	45
2.2.2. Igualdade corretiva: reparar é reequilibrar	46
2.2.3. A equidade como ponte entre regra e caso	48
2.3. O legado clássico e o que permanece útil ao jurista contemporâneo	48
2.3.1. Justiça como estrutura relacional.....	49
2.3.2. Justiça como critério de controle do poder.....	50
2.3.3. A passagem da virtude para a instituição.....	50
3. Justiça, lei e legitimidade: a virada moderna.....	55
3.1. A tensão entre ordem e justiça: Hobbes em chave institucional	57
3.2. Kant: justiça, autonomia e forma jurídica	60
3.2.1. Justiça como compatibilidade das liberdades sob lei universal	61

3.2.2. Justiça como forma pública: legalidade, publicidade e institucionalidade ...	62
3.2.3. Justiça e coerção: quando a força pode ser legítima	63
3.3. O problema moderno: como controlar o poder em nome da justiça	64
3.3.1. Justiça como limitação institucional: do “poder comum” ao “poder limitado”	64
3.3.2. Justiça como estabilidade e previsibilidade: a dimensão da segurança jurídica	65
3.3.3. Justiça como justificabilidade pública: o ônus de dar razões	66
Síntese do capítulo: da virtude ao arranjo institucional.....	67
4. Positivismo jurídico e justiça: promessas, ganhos e déficits	71
4.1. Justiça como legalidade e previsibilidade	72
4.2. Segurança jurídica como valor e como argumento	75
4.3. Kelsen e a neutralização do “justo”	77
4.3.1. O déficit interno de crítica	79
4.3.2. A inevitabilidade da interpretação...	80
4.4. A insuficiência da legalidade: casos difíceis, discricionariedade e desacordo moral.....	81

4.4.1. Textura aberta e zona de penumbra	82
4.4.2. A disputa dentro do positivismo: inclusão ou exclusão da moral.....	83
4.4.3. O ataque clássico: princípios, direitos e integridade	84
4.4.4. A tese mínima do capítulo: legalidade é condição necessária, mas não suficiente	85
Síntese do capítulo: o que o positivismo nos dá e o que ele não nos dá.....	86
5. Justiça como interpretação responsável:	
integridade, razões públicas e coerência	91
5.1. O direito como prática interpretativa: o “campo” do justo.....	93
5.1.1. Interpretação não é “liberdade”, mas responsabilidade.....	94
5.1.2. O direito não é só regra: princípios e razões.....	95
5.2. Integridade: coerência narrativa e unidade do sistema	96
5.2.1. “Ajuste” e “justificação”: duas perguntas inevitáveis.....	97
5.2.2. Integridade não é rigidez: é coerência de princípio	98
5.2.3. Integridade como igualdade decisória.....	99

5.3. Preferência moral e razão pública:	
o que pode justificar uma decisão.....	100
5.3.1. Publicidade e controlabilidade	101
5.3.2. Universalização e reciprocidade.....	101
5.3.3. Revisabilidade e ônus de argumentação	102
5.4. Justiça como limite à vontade do decisor: consistência, universalização e ônus argumentativo	103
5.4.1. Consistência e igualdade: o dever de tratar casos semelhantes de modo semelhante	104
5.4.2. Universalização: a regra implícita na decisão.....	105
5.4.3. O ônus de coerência: integridade como disciplina do argumento.....	105
5.4.4. Proporcionalidade e racionalidade prática: quando a decisão restringe posições fundamentais.....	106
5.4.5. Pretensão de correção e discurso racional	107
5.5. Um critério operativo: quando uma decisão pode ser chamada de “justa” no sentido jurídico	108
Síntese do capítulo: justiça como virtude institucional da decisão	111

6. Justiça como igualdade na decisão:	
precedentes, estabilidade e distinções.....	I 15
6.1. Igualdade perante o direito <i>versus</i>	
igualdade na aplicação do direito.....	I 16
6.2. Precedentes como tecnologia	
institucional de justiça	I 18
6.2.1. Previsibilidade e coordenação	
social	I 18
6.2.2. Igualdade decisória e “não loteria”	I 19
6.2.3. Eficiência e racionalidade	
institucional.....	I 20
6.2.4. Legitimidade: decisões como	
razões públicas no tempo.....	I 20
6.2.5. O que exatamente vincula: <i>ratio</i>	
<i>decidendi</i> e o problema da identificação	I 21
6.3. Coerência e distinção: quando tratar	
diferente é justo	I 22
6.3.1. Distinção como ato de integridade,	
não de fuga	I 23
6.3.2. A diferença entre distinção e	
casuísmo	I 24
6.3.3. Coerência e transparência: a	
motivação como condição de justiça.....	I 24
6.4. Mudança jurisprudencial e justiça:	
estabilidade, transição e confiança	I 25
6.4.1. Quando a superação pode ser	
justificável	I 25

6.4.2. A justiça do tempo: desigualdade temporal e proteção da confiança	126
6.4.3. Mudança com integridade:	
continuidade de princípio	128
Síntese do capítulo: precedentes como compromisso com igualdade e integridade	129
7. Justiça fora do Estado-juiz: consensualidade, arbitragem e legitimidade	133
7.1. Justiça e autonomia privada: por que isso não é “menos justiça”	135
7.2. Arbitragem e devido processo:	
imparcialidade, contraditório e motivação	138
7.2.1. Imparcialidade e independência: o primeiro requisito de justiça decisória	138
7.2.2. Contraditório e igualdade: justiça como paridade de armas	139
7.2.3. Motivação: a sentença arbitral como razão controlável	140
7.3. Ordem pública e integridade: os limites jurídicos do justo no espaço privado	141
7.3.1. Arbitrabilidade: nem todo conflito pode ser privatizado	142
7.3.2. Regras escolhidas e limites imperativos: liberdade dentro do direito	143
7.3.3. Ordem pública: o limite último da justiça institucional	143

7.4. O que legitima a decisão arbitral como decisão justa.....	145
7.4.1. Legitimidade por consentimento: a autoridade nasce da convenção.....	145
7.4.2. Legitimidade por devido processo: justiça como procedimento justo	146
7.4.3. Legitimidade por integridade: coerência com o direito escolhido e com o sistema	146
7.4.4. Legitimidade por controlabilidade: possibilidade de correção em hipóteses limitadas	147
Síntese do capítulo: arbitragem como justiça institucional sob autonomia e limites.....	148
Conclusão. Justiça como compromisso institucional do direito.....	151
O que o conceito de justiça não é.....	153
O que o conceito de justiça é.....	155
Três critérios de “justiça jurídica” para o leitor levar consigo	158
Final: justiça como compromisso, não como pretexto	159
Referências bibliográficas.....	163